



Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

Sistema Regional de Inovação é fundamental

A criação de um Sistema Regional de Inovação é fundamental para se pensar a região Centro, numa perspectiva de projecção concertada do futuro. Esta uma das conclusões retiradas do exercício de prospectiva regional que onde juntou cerca de 30 personalidades, na Curia, para uma reflexão sobre aquilo que será o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

ANTÓNIO JORGE PIRES

No âmbito dos trabalhos de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTC), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) promoveu, ontem, na Curia, uma sessão subordinada ao tema «A Região Centro em 2025 – exercí-

cio de prospectiva regional». Uma sessão de reflexão com vários cenários de evolução, e de acordo com três linhas de reflexão: Inovação e Competitividade Económica, Sustentabilidade Ambiental e Valorização do Território.

Presentes estiveram cerca de 30 personalidades que, nas palavras do secretário de Estado do Ordenamento do Território, representam «as várias elites» desta região, e cujo contributo para a elaboração do PROTC é também necessário «mas não único».

Na apresentação das conclusões, ficou claro desta reflexão conjunta que a possibilidade de criação de um sistema regional de inovação é uma peça «fundamental para o desenvolvimento da região Centro e para a implementação das medidas que se vierem a revelar como fundamentais no Plano Regional». Estas foram as palavras de António Figueiredo, coordena-



No debate de ontem, sobre o futuro da Região Centro, ficou claro que a criação de um Sistema Regional de Inovação é vital para o seu desenvolvimento

dor responsável pela elaboração do PROTC, depois de ouvir as conclusões sectoriais dos restantes oradores.

Para aquele responsável, a criação deste sistema regional de Inovação está dependente da vontade política. «Ou existe uma disposição clara dos governantes neste sentido, ou dificilmente se conseguirá caminhar e passar apenas de planos», disse António

Figueiredo em jeito de aviso ao Governo.

Referindo-se ao caminho a seguir em matéria de sustentabilidade ambiental, e observando

existir um consenso generalizado e cujo fio condutor passa sobretudo por uma melhor gestão dos recursos utilizados; pela implementação de sistemas de gestão das bacias hidrográficas e por uma lógica de gestão intermunicipal dos recursos, António Figueiredo diria que, já no campo económico existe um elevado sentimento de descrença nas políticas no domínio do espaço regional.

Questão que o espantou foi o facto de ter ficado de fora a discussão em torno da demografia. «É uma matéria delicada e grave que nos deve preocupar, pois temos territórios de baixa densidade populacional e o problema é que, nos próximos anos, vamos continuar a assistir a uma

descida da densidade demográfica, no período do PROTC», conclui.

A encerrar a sessão, João Ferrão, secretário de Estado do Ordenamento do Território, diria que em Portugal, ter uma visão estratégica partilhada «é um exercício muito difícil», mostrando-se surpreendido, pela positiva, com o debate a que assistiu, com a participação das «elites, que são uma das componentes para a elaboração destes planos regionais, mas não nos podemos esquecer que existem outros sectores da sociedade que, em sintonia, têm que ter envolvimento neste planeamento de estratégias a 10 anos, como é o caso das autarquias», conclui.